

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS ECÔNOMICAS

ENGRACIA VULA PAULO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A ENERGIA ELETRICA DAS FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA EM ANGOLA**

CRICIÚMA

2021

ENGRACIA VULA PAULO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A ENERGIA ELETRICA DAS FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA EM ANGOLA**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2021

ENGRACIA VULA PAULO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A ENERGIA ELETRICA DAS FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA EM ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Macroeconomia

Criciúma, 03 de Dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Max Richard Coelho Verginio - Mestre - (UNESC)

Prof. Patrícia Jovita Domingos Miguel- Mestra - (UFMT)

**A toda população Angolana que luta por
melhores condições de vida.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer e exaltar a Deus por ter me ajudado a concluir esta etapa tão importante da minha vida. Quero agradecer pela força e coragem os meus queridos pais, Augusto Zage e Domingas Bernardo Vula. Carinhosamente quero agradecer a minha irmã Helena. E com grande gratidão ao meu namorado. Nesta oportunidade, quero agradecer a todos os meus familiares e amigos. Vocês foram essenciais nesta trajetória. Gostaria também de agradecer a todos que me acompanharam na minha vida acadêmica, aos meus professores por acreditar sempre no meu potencial, especialmente ao meu orientador Dimas de Oliveira Estevam por ter me orientado e incentivado a ir em frente e nunca desistir, a você minha enorme gratidão. E de forma singular quero enaltecer a UNESC pela grande oportunidade de fazer parte desta Universidade, bem como deste curso de Ciências Econômicas.

A todos o meu muito obrigada!

“A energia é imprescindível à vida, por ser necessária para a ocorrência dos fenômenos naturais, para a nutrição e reprodução das células, para o funcionamento dos sistemas dos organismos vivos. Constitui, sob a forma de eletricidade, o insumo mais importante das sociedades modernas.”

ALMEIDA et al (2013)

RESUMO

Esta pesquisa traz fatores relevantes que contribuem com o conhecimento acerca das políticas públicas em Angola em relação a distribuição de energia para famílias que se enquadram no programa de baixa renda dentro das empresas privadas que tem vinculam ao governo. Desta forma, o trabalho se desenvolveu por meio de levantamentos teóricos, análise de dados e outras contribuições que foram analisadas a fim de dar elucidação a presente temática intitulada: Políticas Públicas de Acesso à Energia Elétrica das Famílias de Baixa Renda em Angola. A pesquisa por sua vez, vem trazendo dados desta região que se faz presente no trabalho. Tem como principal objetivo, verificar quais são os programas que se elencam as políticas públicas de acesso à energia elétrica das famílias de baixa renda em Angola. Bem como, analisar qual a quantidade dessa população que é contemplada com acesso à energia elétrica. Além do mais, se faz necessário nesta pesquisa, apontar a porcentagem de famílias que ainda não são contempladas com o abastecimento de energia elétrica e quais as regiões que se localizam estas famílias. É importante dizer que este estudo, busca dialogar com inúmeras áreas do conhecimento, e em especial, as áreas econômicas e das políticas públicas que tem ligação efetiva na construção desta pesquisa. Ademais, é de grande relevância para todos aqueles que se debruçam sobre o continente Africano, especificamente de Angola. Por isso, a contribuição que esta pesquisa vem trazendo se faz imprescindível quando se busca dados e análises para as questões de desenvolvimento e expansão desta região e que servirá como exemplo para todo o país e ainda fora dele.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Abastecimento De Energia Elétrica. Angola. Desenvolvimento econômico.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENDE - Empresa Nacional De Distribuição de Electricidade

GAMEK - Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza

MINEA - Ministério de Energia e Águas

PRODEL - Empresa Pública de Produção de Electricidade

PTSE - Programa de Transformação do Sector Eléctrico

RNT - Rede Nacional de Transporte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da População Abastecida Diretamente com Energia Solar

Figura 2: Municípios Abrangidos pela ENDE 2017

Figura 3: Lista de Municípios Servidos Pela ENDE em 2022

Figura 4: Taxa de Eletrificação em 2022

GRÁFICO

Gráfico 1: Número de Porcentagem de Novos Clientes por Ano e Iniciativa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevista com um Eletricista de Angola

Quadro 2: Estimativa de Clientes até 2022

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 UM BREVE OLHAR PARA A HISTÓRIA DE ANGOLA	13
2.1.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
2.2 ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA EM ANGOLA	17
2.2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.2.1.1 REFLETINDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ELETRIFICAÇÃO	19
3 METODOLOGIA	21
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	22
4 IMPORTÂNCIA DA ENERGIA ELÉTRICA PARA ANGOLA	24
4.1 IMPORTÂNCIA DA ENERGIA ELÉTRICA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA NA SOCIEDADE	25
4.1.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	27
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Observando o cenário Angolano, percebe-se que tem aumentado a busca por melhores condições no desenvolvimento econômico e social do país, e a energia elétrica é um componente essencial neste processo. Por isso, vale ressaltar que os métodos de desenvolvimento de uma região, estado ou país, está diretamente relacionada à disponibilidade de abastecimento de energia elétrica, implicando em transformações que se revertem em melhorias nas dimensões econômicas e sociais das populações. De acordo com uma pesquisa de Reis apud SCHLICKMANN; ESTEVAM, (2019, p. 1), o setor elétrico é um segmento de grande importância para o processo produtivo e fundamental para o desenvolvimento de cada região, pois é responsável em prover recursos essenciais para um amplo conjunto de setores ao longo de várias cadeias produtivas.

É por meio do acesso à energia elétrica, um requisito básico de cidadania, que o indivíduo deixa de estar marginalizado do que se entende por desenvolvimento social e qualidade de vida. (REIS apud SCHLICKMANN; ESTEVAM, 2019, p. 1), Por isso, a disponibilidade de energia implica em transformações que se revertem em melhorias nas dimensões econômicas e sociais das populações, sendo um ingrediente indispensável à sobrevivência humana, necessária ao bem-estar social e ao desenvolvimento econômico. (SCHLICKMANN; ESTEVAM, 2019, p. 1)

Por outro lado, a indisponibilidade de energia, em uma sociedade, tende a acentuar a existência de assimetrias sociais nas condições de qualidade de vida, tais como: permanência na pobreza, falta de oportunidade para o crescimento, fluxo migratório para as cidades, entre outras consequências. (SCHLICKMANN; ESTEVAM, 2019, p. 1-2).

Deste modo podemos falar sobre políticas públicas para o acesso à energia elétrica em Angola. Conforme foi se estabelecendo a pesquisa, verificamos uma série de problemáticas que surgem por meio dos déficits governamentais em relação à habitação e moradia. Portanto, dentro deste quadro existe um fator que nos preocupa muito que é o abastecimento de energia elétrica para que haja melhor qualidade de vida para a população, em especial os menos favorecidos ou ainda aqueles que ainda não são contemplados com esses serviços que são essenciais para o desenvolvimento do país.

Por isso, a inquietação que nos permeia nesta pesquisa é acerca de programas que possam assegurar o abastecimento para as famílias de baixa renda em Angola e como são distribuídos para que as famílias possam ser contempladas?

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é verificar quais são os programas que se elencam as políticas públicas de acesso à energia elétrica das famílias de baixa renda em Angola .

Alinhado a isso, temos alguns objetivos específicos que são:

- I. Verificar como se estabelece o acesso de energia elétrica em Angola;
- II. Analisar os dados referente a distribuição de energia elétrica no período 2017 a 2022;
- III. Observar a porcentagem de famílias que ainda não são contempladas com energia elétrica em Angola;

Em Angola existem várias cidades e famílias que vivem ainda sem energia elétrica. Dependem ainda de geradores para conservar os seus alimentos e isso muitas vezes não funciona de maneira correta, acarretando a perda de parte ou total dos alimentos. Mas os problemas que a falta de energia elétrica causa não são apenas sobre os alimentos, ela também ocasiona inúmeros problemas com a comunicação, pois na maioria dos casos o uso da tecnologia se torna indispensável, e sem a energia elétrica isso não é possível.

Diante disso, é de extrema relevância que se fale em políticas públicas hoje em dia, pois é por meio delas que se estabelecem novas perspectivas sociais e de desenvolvimento no país, em especial em Angola. Considerando que Angola vem se posicionando cada vez mais em relação ao desenvolvimento econômico e social, é neste sentido, que a pesquisa se estabelece, com vistas a contribuir com o desenvolvimento e a boa qualidade de vida desta população.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UM BREVE OLHAR PARA A HISTÓRIA DE ANGOLA

Para fundamentar esta pesquisa buscamos analisar fontes teóricas que estão dispostas neste diálogo e que servem para o entendimento dessa temática. Sendo assim, é necessário entender em um breve olhar a história desse país. Conforme apontado por Freitas (2021), Angola ou República de Angola é um país africano localizado na costa ocidental da África, por isso é banhado pelo oceano Atlântico. Angola, tem em sua história as marcas portuguesas, ou seja, foi um país colonizado por Portugal e que alcançou sua independência somente em 1975. Dessa forma é relevante o que se encontra sobre dados históricos dessa região por meio de Campos, (2021):

O território angolano era habitado por populações tradicionais. No ano de 1483, a chegada de navegadores portugueses iniciou o processo de colonização do país. Desse modo, Portugal dominou a área atual de Angola por um sistema de colonização baseado principalmente no comércio de escravizados, sendo que muito deles eram negociados e transportados para o Brasil. O comércio de escravizados foi extremamente lucrativo para os portugueses e foi cessado com a promulgação da Lei Áurea no Brasil. Em 1961, após anos de colonização portuguesa, os angolanos se organizaram em movimentos independentistas e realizaram diversas revoltas contra o domínio de Portugal. O referido cenário culminou na independência de Angola no ano de 1975. No entanto, as profundas diferenças políticas entre os grupos que lutaram pela independência angolana resultaram em uma longa guerra civil, que terminou somente no ano de 2002. (CAMPOS, 2021, on-line).

Desde então, Angola vem se desenvolvendo economicamente a passos mais lentos, mesmo assim, houve avanços em seu desenvolvimento econômico. Portanto, é visto que em Angola, o que está alinhada à sua economia diz respeito basicamente a extração de recursos minerais, entre eles encontramos o petróleo e o gás natural. É indispensável apontar, que a população Angolana desfruta de condições precárias de serviços públicos, como saúde e educação. Além disso, o país apresenta uma elevada desigualdade econômica e social. (CAMPOS, 2021, on-line).

Dessa maneira, fica entendido o porquê de seu desenvolvimento econômico ser mais lento do que em outros países do continente africano, já que se considera uma república que adquiriu sua independência há pouco tempo. Outra informação relevante para nossas análises é sobre a infraestrutura de Angola, que tem seu território uma:

Rede de rodovias e ferrovias de boa qualidade e que ligam as diversas partes do país.[...] As atividades de geração de energia em Angola são bem

desenvolvidas, sendo que o país produz mais energia do que consome, em especial por meio de centrais hidrelétricas. (CAMPOS, 2021, on-line).

Campos, (2021), Traz dados importantes sobre a área serviços públicos, visto que Angola apresenta carências nos setores de educação e saúde. Bem como, na área educativa, tendo como índice de analfabetismo um elevado número, e as escolas apresentam infraestrutura precária. Outro fator que se pretende destacar é na área da saúde, Angola, é um país que apresenta indicadores preocupantes, como a alta incidência de doenças e a expressiva taxa de mortalidade infantil.(CAMPOS, 2021, on-line).

Porém, Angola vem tendo fortes posicionamentos em busca de sua expansão e por melhores condições de vida para sua população. Assim, é preciso dizer que para um país que visa crescimento e que busca uma economia desenvolvida, é importante que se analise também questões inerentes a “concepção de desenvolvimento”. Segundo Sen, (2000, p. 28. apud SILVA, 2018, p. 60) isto deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda.

2.1.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um fator imprescindível em todas as áreas do conhecimento, pois vem de encontro com as reflexões sobre crescimento e desenvolvimento de um país. Por isso, que se faz primordial pensarmos nas suas relações com a área da economia. Diante disso, dizer que:

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes, na verdade em alguns pontos. (SCATOLIN, 1989, p.24 apud OLIVEIRA, 2002, p. 38).

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação,

educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205 apud OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior à segunda grande guerra. Segundo Sunkell e Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiam (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revelou os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões, que podem ser vislumbrados tanto na primeira Declaração Inter-aliada de 1941, como na Carta do Atlântico, do mesmo ano, que expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social. Tais intenções foram reafirmadas em diversas declarações e conferências que sucederam o período de guerra.

Para Furtado, 1961, p.115-116 apud Oliveira, 2002, p.39, o debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento. Os economistas veem sugerir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade. Seguindo o raciocínio de Souza,1993 apud Oliveira, 2002, p.41, o desenvolvimento econômico requer um ritmo de crescimento econômico contínuo (k) e superior ao crescimento da população (r). Isso, é claro, englobando mudanças estruturais e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. O crescimento aparece, portanto, como a chave para a solução dos problemas humanos e para o desenvolvimento. Porém, numa definição mais detalhada, a questão é saber como as variações de k são distribuídas entre a população.

Ainda, se este crescimento é fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros fatores que contribuem para melhorar as condições de vida, ou em armas (equipamentos militares). Analogamente, se tivermos $k < r$ estaremos numa situação em que o crescimento econômico é insuficiente em relação ao crescimento da população. Essa situação é típica dos países e regiões

subdesenvolvidas, que também apresentam estruturas econômicas inadequadas e elevada concentração de renda, bem como baixos níveis de condições de vida. Portanto é importante destacar que:

Após várias décadas na busca de como promover o crescimento econômico, está se redescobrimo que este por si só não é suficiente. Pensa-se hoje, cada vez mais, como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano.(OLIVEIRA, 2002, p.45).

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter e muito menos aumentar o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados.

Celso Furtado se faz relevante para esta abordagem de desenvolvimento, pois pelas discussões deste autor podemos destacar que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem a representação de estruturas sociais e conforme ele aponta que o efeito de “desenvolvimento no mundo todo tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração.” Nessa perspectiva surgem, paralelamente às teorias do desenvolvimento, os estudos acerca do subdesenvolvimento. Para Furtado, tais ideias foram fortemente inspiradas na observação de Prebisch, referente ao capitalismo como um processo de difusão irregular do progresso técnico. Os baixos níveis de assimilação de tecnologia pelos países periféricos traduzem-se em desigualdades no seio das populações, projetando o seu atraso na trincheira da acumulação de capital. (FURTADO 2009, p.30 apud RIBEIRO, 2010, p. 15).

The World Bank (2021), aponta sobre as considerações trazidas por Christophe (Diretor do banco mundial de Angola) aonde diz que o acesso de qualidade aos serviços de eletricidade terá um efeito de arrasto em muitos outros setores, incluindo agronegócio, saúde e educação. A capacidade de geração de energia de Angola, é amplamente energia hídrica, e desenvolveu-se em um ritmo acelerado com a capacidade de geração instalada nacionalmente que está se ampliando ainda a rede. Por isso, ações mais críticas são necessárias para ajudar a expandir o acesso à eletricidade, melhorar o desempenho operacional e comercial das empresas e, em última instância, aumentar sua credibilidade. Isso, por sua vez, contribuirá para reduzir

a pobreza extrema.

Segundo Alva (2018), a energia elétrica em Angola está intimamente vinculada ao processo de desenvolvimento vivido por um país, daí decorrendo as suas políticas públicas, a distribuição de energia elétrica é uma das atividades mais essenciais para a vida moderna, consistindo tanto em causa como consequência do desenvolvimento das sociedades, a energia desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico e social de Angola, e, conseqüentemente, na elevação dos padrões de qualidade e de bem-estar da população angolana, fundamentando o interesse e a necessidade de uma reflexão estratégica sobre a evolução do setor energético do país.

2.2 ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA EM ANGOLA

Segundo o Ministro da energia e água em Angola Borges (2017), o acesso de energia elétrica em Angola tem sido feitas reformas na organização do setor de energia elétrica com base no Programa de transformação do Sector Elétrico (PTSE). Para integrar horizontalmente as companhias de energia GAMEK, ENE E EDEL nas respectivas companhias de geração, transmissão e distribuição, o MINEA reorganizou essas companhias que receberam nova égide, nomeadamente a PRODEL encarregada de geração, a RNT encarregada de transmissão e a ENDE encarregada de distribuição de energia, as principais fontes de produção de energia elétrica são as usinas hidroelétricas, seguidas das termoelétricas, são produzidas pela Prodel, transportadas pela RNT e distribuída pela ENDE.

De acordo com as expectativas de melhor qualidade de vida do território Angolano, é preciso falar sobre o Programa de Expansão do Acesso à Energia, que é fundamental garantir que o forte crescimento neste setor seja realizado com qualidade e, ao mesmo tempo, permitir a rentabilidade das empresas do Sector Elétrico (Empresa Pública de Produção de Electricidade - PRODEL, RNT e ENDE). Visto que, se pretende dar melhor acesso a estes serviços prestados. A fim de eliminar o subsídio a preços e viabilizar a realização de operações sustentáveis de financiamento pelas empresas para apoiar o programa de investimentos no setor. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO, 2018, p.179).

O governo Angolano, está sempre buscando alternativas para sanar as problemáticas sociais mais visíveis na sociedade. Com isto, pretende vencer esses

desafios que se estabelecem no cotidiano Angolano. Dentre todas as pretensões está o abastecimento de energia elétrica em relação aos problemas burocráticos de instalações. De acordo. Ministério da Economia e Planeamento, (2018), a prioridade é que o atual governo chegue até 2022 sem qualquer cliente em regime de avença. Que se obtenha melhora na redução das perdas em relação aos clientes de Média Tensão e Baixa Tensão Especial tenham telecontagem instalada.

O programa de Expansão do Acesso à Energia Eléctrica levará a rede a muitas sedes de município dispersas no território, pelo que o sector privado terá, também, um papel fundamental, em parceria com a ENDE ou com as Administrações Municipais, para gerir os sistemas de distribuição dispersos ou isolados. Por outro lado, acresce o potencial das novas tecnologias renováveis para electrificar as populações dispersas mediante soluções de aluguer ou comercialização promovidas pelo sector privado, que importa potenciar. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO, 2018, p.179).

Portanto, o programa supracitado está inteiramente ligado a melhorarias no setor de energia elétrica de Angola. Além disso, a gestão busca se relacionar com o setor de forma sustentável. Isto é, estabelecendo objetivos referentes, respectivamente, à Produção, ao Transporte e à Distribuição/Comercialização, bem como às energias renováveis e à participação do setor privado nos investimentos do setor. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO, 2018, P.179).

Neste sentido, nota-se que o governo Angolano em parceria com as empresas de fornecimento de energia elétrica já vem conversando e estabelecendo alguns objetos e metas que até 2022 pretendem ser consolidados. Entre esses objetivos o Ministério da Economia e Planeamento, (2018), destaca sobre um dos que mais vem se inserindo no contexto social de muitos países e em Angola isso não é diferente, que é a forma sustentável de solucionar problemas inerentes ao setor de energia elétrica. Para isto, visa-se: aumentar a potência instalada em energias novas e renováveis (Solar, Eólica, Biomassa e MiniHídricas), visando a substituição de combustíveis fósseis, nomeadamente através da instalação de centrais de grande escala (energias novas e renováveis). Para mais, a relação com essas parcerias, o objetivo é claro, pois busca:

Viabilizar a expansão do acesso à energia eléctrica a muitas sedes de município dispersas no território, através do estabelecimento de parcerias entre as Administrações Municipais ou a ENDE e o sector privado para gerir os sistemas de distribuição dispersos e isolados ou recorrendo a soluções de aluguer ou comercialização de energias renováveis (Distribuição Municipal e Rural). MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO, 2018, p.180).

Desse modo, vimos que o governo Angolano, além das parcerias que tem firmado, estão preocupados com a forma de como estão sendo distribuídas essas energias. Preocupados com o meio ambiente e especialmente com a qualidade de

vida da sua população no presente momento desafiador e para além disso, num futuro bem próximo, é que foram projetados esses objetivos, a fim de dar melhorias a sociedade Angolana.

2.2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Teixeira (2002) afirma que políticas públicas¹ são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

As políticas públicas visam responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social (p.2-3).

Ainda em relação as políticas públicas, elas podem ser compreendidas como o Estado em ação, de acordo com Gobert e Muller (1987). De forma mais clara, entende-se que as políticas públicas podem ser consideradas como um conjunto de estratégias, planos ou programas definidos pelos órgãos públicos, com a finalidade de atingir os direitos sociais do cidadão. Sendo que elas representam uma ligação entre o Estado e o cidadão.

2.2.1.1 REFLETINDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ELETRIFICAÇÃO

As políticas públicas de eletrificação faz parte dos aspectos inerentes ao bem estar social. Visto que, o acesso a energia se torna indispensável para uma qualidade de vida. Sendo assim, é que essas políticas públicas se estabelecem no setor energético. Porém, é importante ressaltar que,

Muitos países estão enfrentando dificuldades para suprir a demanda crescente de energia de suas populações e, ao mesmo tempo, fornecer recursos energéticos para suprir seu crescimento econômico. Cabe, cada vez

¹ Para entender conceitos e principais tipologias sugere-se a leitura da Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia, Celina Souza, que vem explanando especificamente sobre políticas públicas. Disponível em: file:///C:/Users/lab002a/Downloads/Celina%20Souza_Estado_da%20Arte.pdf.

mais, ao poder público conhecer o comportamento dos consumidores para criar mecanismos que promovam o uso racional de energia nos diferentes setores e, assim, otimizar o uso de energia pela sociedade. (JANNUZZI, 2005 apud ALTOÉ et al, 2017, p. 285).

É relevante apontar que um dos maiores entraves para que um país se desenvolva mais rapidamente é o índice de pobreza que se insere socialmente. Neste viés, a pobreza é, portanto, para os países menos desenvolvidos, questão central a ser enfrentada na formulação e execução das diversas estratégias nacionais de desenvolvimento.(ALBUQUERQUE, 1995, p.77).

Contudo, é essencial que juntamente com o governo as empresas privadas de energia elétrica promovam projetos e programas para facilitar o acesso à energia elétrica em seus países. Como é o caso de Angola, que uma grande parcela ainda não é contemplada com eletrificação. Isso está efetivamente ligado as questões habitacionais, em uma análise realizada por Damião (2018), é observada que o déficit habitacional diz respeito à situação de carência e deficiências de moradia, estas moradias são aquelas que necessitam de melhoramentos para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade condigna para o cidadão. A esperança que é que pelo acesso a políticas públicas de eletrificação, isso aconteça com maior agilidade e eficácia. Visto que isso é questão de necessidade humana para que haja melhoramento na vida de toda a população angolana.

Em uma visão a longo prazo, analisamos o que diz o Ministério da Energia e Águas (2016), que em busca de alternativas para o abastecimento de energia elétrica em Angola, até 2025 se tem previstos que os investimentos com maior impacto no país serão as hidroelétricas, em particular as com regularização e possibilidade de fins múltiplos, as centrais de biomassa e a distribuição de energia elétrica. Sendo considerado ainda, que para mobilizar estes recursos serão precisos investimentos públicos e privados na ordem de \$23b.

Portanto, segundo o Ministério da Energia e Águas (2016), em uma visão estratégica, é preciso destacar que a principal estratégia é de assumir um objetivo específico de dar acesso à energia elétrica à generalidade da população como forma de promover o desenvolvimento humano. Portanto a eletrificação do país, se constitui ao nível do fornecimento de eletricidade a partir de sistemas interligados é estabelecida uma meta de aumentar a eletrificação dos atuais cerca de 30% para os 60% da população até 2025. E ainda, dar visibilidade para as populações nas regiões isoladas, que segundo o Ministério da Energia e Águas (2016), essas serão fornecidas por soluções de mini-hídrica, solar ou diesel, de acordo com a melhor solução técnica

e de custo/benefício que se aplicar considerando que a população alvo é essencialmente de baixa renda.

Devido ao aumento da riqueza nacional as famílias vão transformando esta riqueza em maior conforto, o que se traduz no aumento de consumo de energia eléctrica ao nível residencial. O aumento da renda familiar, por sua vez, pressiona a oferta de serviços, designadamente os associados ao turismo e lazer. Por exemplo, o maior investimento na prestação de serviços turísticos nacionais trará conseqüentemente um aumento do turismo internacional para Angola. Na projecção da procura de electricidade verifica-se uma correlação directa entre o aumento da riqueza nacional (PIB) e o aumento do consumo de electricidade. Assim sendo, prevendo-se um crescimento contínuo do rendimento nacional espera-se uma forte pressão para o aumento da geração eléctrica disponível por forma a atender a demanda. (MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS, 2016, p.30).

Dessa maneira, o objetivo é alcançar o maior número de famílias que ainda não tem acesso à energia eléctrica em Angola, de forma a contribuir para o crescimento e expansão do país, bem como na qualidade de vida da população angolana. Visto que o acesso à energia eléctrica é algo prioritário nas ações do governo Angolano que busca qualidade e serviços eficazes para ofertar a população.

3 METODOLOGIA

No que compreende a finalidade deste estudo fizemos uma pesquisa descritiva que de acordo com Gil (2008), pretende descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição.

Segundo Cervo; Bervian; Da Silva (2007), a pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, suas e suas características. Buscando conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente de grupos e comunidades complexas. A pesquisa descritiva desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cuja registro não costa de documentos.

A pesquisa descritiva, segundo Rudio (1985), está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los; a investigação experimental, por sua vez, pretende dizer de que modo ou por que

causas o fenômeno é produzido. O autor assevera que a investigação descritiva vai além do experimento: procura analisar fatos e/ ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como estes fatos e fenômenos se apresentam. Mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada.

Oliveira (1999) comenta que a pesquisa descritiva exige planejamento rigoroso quanto à definição de métodos e técnicas para coleta e análise de dados. É recomendável que se utilize informações obtidas por meio de estudos exploratórios. Essas pesquisas explicam a relação entre variáveis e procuram determinar a natureza dessa relação, fundamentando com precisão os pressupostos ou hipóteses do objeto de estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Sobre o delineamento da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa que foram consultados materiais já existentes, como fontes teóricas de diversos autores sobre a temática. Uma abordagem que analisa as questões inerentes ao abastecimento de energia elétrica e que traz como instrumento de coleta desses dados os documentos encontrados como artigos, ebooks, entre outras fontes teóricas que serviram para embasar esta pesquisa. De forma a entender esse contexto, buscou-se mostrar quais empresas são parceiras dos programas que contemplam as famílias angolana, que observa novas posturas em um longo prazo para que o número de pessoas com acesso à energia elétrica aumente. Bem como, que estratégias estão sendo utilizadas para que isso aconteça de maneira eficaz.

A seguir, está disposto no quadro uma pesquisa que realizamos em forma de entrevista com a contribuição de um eletricista de manutenção de linhas elétricas da IDEL que hoje passou a se chamar ENDE (Empresa Nacional de Distribuição de Eletricidade) em Angola.

Quadro 1: Entrevista com um eletricista de Angola



PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Existe políticas públicas de acesso à energia elétrica das famílias de baixa renda em Angola?	Sim, tem políticas, proporcionando as famílias de baixa renda tarifas mais baixas de energia. A instalação de contadores pré-pagos nas zonas suburbanas vem para acudir estas situações de formas que o cliente pague de acordo com o seu consumo.
2. Como é que as famílias pobres em Angola acessam a energia elétrica, como elas fazem o pagamento?	As famílias pobres que têm acesso a energia elétrica por vezes fazem contrato com a Empresa fornecedora de energia, e outras vezes fazem ligações anárquicas.
3. O estado disponibiliza a energia elétrica para toda a população se existe um déficit público?	Há um déficit por causa da incapacidade de gestão das empresas do sector energético sobretudo da distribuidora Ende.
4. O que que o governo Angolano tem feito pra facilitar a vida das pessoas pobres concerne-te a energia elétrica em Angola?	Em outros tempos subvencionava a tarifa de energia, atualmente tem implementado diversos financiamentos no setor eléctrico de formas a aliviar a estrutura de custos das empresas do setor, impedindo que elas repassem esse custo ao preço de energia.
5. Como é produzida a energia elétrica em Angola, e como são distribuídas?	As principais fontes de produção de energia elétrica são as usinas hidroelétricas, seguidas das termoelétricas, e são produzidas pela Prodel, transportadas pela RNT e distribuída pela ENDE.
6. Quantos % do orçamento público de Angola é destinada na parte da energia elétrica?	Para o orçamento de 2021 foram disponibilizados cerca de 2% para energia.

Fonte: Própria autora

Foi possível analisar tais respostas e destacar alguns pontos relevantes sobre a distribuição de energia elétrica em Angola por meio da entrevista com este funcionário. Nesta oportunidade, conseguimos dados desde a existência de políticas públicas, até a porcentagem de orçamento público para o abastecimento de energia elétrica em Angola. Nesta ocasião, é importante refletir acerca da quantidade de pessoas que tem não tem acesso à energia elétrica em Angola. Segundo Lusa Angola, (2020), menos da metade dos angolanos tem acesso a eletricidade. Conforme o Ministro da Energia e Águas de Angola, aponta que em Luanda há uma significativa parte da população ainda vivem em áreas rurais ou semi-rurais, zonas das periferias das cidades, e é necessário encontrar soluções que sejam econômicas para poder levar energia elétrica a essas localidades.

Ainda sobre a distribuição de energia, o Ministro de Energia e Águas de Angola, apontou que o país dispõe de recursos abundantes, recursos energéticos, primários como é o caso da energia solar, que tem hoje um custo cada vez mais competitivo e

é uma solução para a eletrificação do país. Observado ainda, que neste diálogo o Plano de Desenvolvimento do Setor Elétrico e o Plano de Segurança Energética, foi apontado por um dos mais renomados jornais on-line, o Correio da Manhã (2019) que destaca para a construção de uma capacidade de cerca de 600 megawatts de energia solar no país até 2022, com a instalação de cerca de 30.000 sistemas individuais de produção de energias fotovoltaicas.² Neste viés, aponta-se para esta pesquisa, que se debruça sobre esses aspectos que a sociedade angolana vem lutando para melhorar dia após dia. Dizer que as investidas para que isso aconteça são inúmeras, e uma delas é a questão das políticas públicas para que esse país possa se desenvolver e melhorar a qualidade de vida da sua população.

4 IMPORTÂNCIA DA ENERGIA ELÉTRICA PARA ANGOLA

O abastecimento de energia elétrica é favorável em qualquer região e fundamental para o desenvolvimento humano e econômico, isto porque ela contribui na conservação dos alimentos por meio da utilização dos aparelhos eletros domésticos como freezer, geladeira, ar condicionado, entre outros, ela é muito relevante na comunicação com as pessoas. Pois, se não tivermos a energia não conseguimos acessar inúmeras tecnologias, como o celular que hoje em dia é um dos meios tecnológicos que mais contribuem na comunicação de pessoas do mundo inteiro.

Conforme aponta Souza (2003, p. 12), é atribuído ao sistema das Nações Unidas e suas agências o crédito da retomada, conceituação e disseminação da tese de que a política social constitui condição do desenvolvimento econômico, Visando refletir sobre as políticas sociais, enquanto políticas públicas essenciais nos processos de desenvolvimento que buscam a inserção social e a qualidade de vida dos cidadãos, organiza-se este texto em duas partes. Na primeira reflete-se sobre a caracterização das políticas públicas e, nestas, as políticas sociais.

Tápia (2005) destaca dois princípios das políticas públicas de desenvolvimento descentralizadas: o local como unidade básica do desenvolvimento socioeconômico e a opção por uma estratégia concertada de tipo que mobiliza o conjunto de atores sociais pertencentes ao território As ponderações de Tápia e Evans

² A Energia solar fotovoltaica é a energia elétrica produzida a partir do calor e da luz solar. Quanto maior a radiação solar nas placas solares, maior será a quantidade de energia elétrica produzida. A energia solar é considerada uma fonte de energia alternativa, renovável, limpa e sustentável. (Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/energia-fotovoltaica.html>. Acesso em: 09 de Out. 2021).

(2004) nos conduzem à seguinte questão: a interação entre diversos atores na formulação e na implementação das estratégias de desenvolvimento suporia novos espaços de concertação. Decerto, as parcerias, as redes e outros mecanismos de governança compartilhada entre atores públicos e privados são apontadas como as formas de operação mais ajustadas à produção desse tipo de política.

Para Castro (2012, p. 1016 et seq.), é possível estabelecer conexão entre as políticas sociais e os fatores econômicos, “quando o gasto autônomo com as políticas sociais torna-se elemento importante a ser considerado para o ritmo de expansão da atividade econômica, o que vai depender muito de sua dimensão e forma de distribuição”, qualificando e dimensionando até que ponto afetam a demanda agregada e a produtividade da economia. Relativamente à demanda agregada, os gastos públicos com políticas sociais permitem a ampliação do sistema de garantia de renda, sendo um elemento importante na geração de um determinado tipo de distribuição pessoal e funcional da renda e o padrão de consumo de indivíduos, famílias ou grupos.

Segundo Braide (2014, p. 29), os estudos sobre desenvolvimento econômico em um quadro mais amplo de relação entre Estado, economia e sistemas de proteção social, em que a dinâmica é examinada a partir dos efeitos dos sistemas de políticas públicas e sociais sobre o crescimento econômico - não somente ao contrário, como tradicionalmente se postulou - favorecem a abertura de novos e valiosos cursos de investigação. As políticas sociais buscam melhorar o nível geral das condições de vida da população, como fim último, equalizando as interações entre mercado e sociedade, para que haja desenvolvimento econômico e equidade social, via ação estatal prioritariamente, para reduzir vulnerabilidades e riscos sociais, redução da pobreza e garantia de acesso aos serviços de saúde, educação, segurança, saneamento, habitação, dentre outros.

4.1 IMPORTÂNCIA DA ENERGIA ELÉTRICA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA NA SOCIEDADE

A energia elétrica em Angola é algo muito relevante, e um fator que mais preocupa a população vulnerável desta região, pois além de estar aumentando as taxas de cobranças, ela ainda é limitada em inúmeros locais. De acordo com o Euro News, (2021), quase a metade da população angolana não tem acesso ao

abastecimento de energia elétrica, ou seja “cerca de 40% da população em Angola, ainda vive sem energia elétrica, uma situação que dificulta a prestação de serviços básicos e agrava a pobreza e a produtividade, causando grandes disparidades regionais.”

Segundo Lourenço Lopes (2020), a energia é importante na sociedade Angolana porque com a energia as pessoas que trabalham em um horário específico, podem aproveitar e se dedicar aos estudos em outro período. Com isso, podem ajudar no nível de alfabetização, visto que com a eletricidade várias pessoas podem ter acesso ao ensino, em especial aquelas pessoas que não conseguiram se alfabetizar em tempo normal como as demais. A oportunidade que vem por meio da eletricidade é algo relevante e indispensável em Angola.

Deste modo apontamos ainda sobre a importância de se ter políticas públicas que contribuem para que muitos tenham acesso ao abastecimento de energia elétrica, essas políticas públicas podem estar relacionadas a programas internos que o governo dispõe dentro das empresas. Em Angola existe um sistema que beneficia as famílias de baixa renda. Para estas famílias foi estipulado um programa que se chama plano pré-pago ou pós-pago, e que tem como propósito distribuir energia renovável. Isto é:

Em termos miúdos, o sistema de energia pré-paga funciona de forma semelhante ao de telefonia móvel: o usuário paga antecipadamente pelo serviço que irá usar, comprando créditos. No entanto, a diferença importante no caso de energia, é que a tarifa é igual, enquanto na telefonia móvel o pré-pago costuma ser mais caro. No caso do sistema elétrico, o consumidor define a quantidade de KWh (quilowatt-hora) - medida de energia - e a periodicidade de recarga do medidor. Quando os créditos estiverem acabando, o próprio medidor alerta o consumidor com um sinal sonoro e visual. Porém, o aviso de que os créditos estão acabando não descaracteriza a ilegalidade de suspensão do fornecimento de energia. (LOPES, 2020, online).

Neste sentido, podemos pensar se isso é o suficiente, já que se considera que é uma alternativa que dará oportunidade para muitos indivíduos consumir de forma consciente. Porém fica a inquietação sobre os pontos negativos desse sistema. De acordo com engenheiro de energia elétrica e pesquisador de energias renováveis existe sim, as vantagens e desvantagens que segundo ele isso podem ter em qualquer outro programa.

Esse sistema como todos outros, apresenta vantagens e desvantagens que devem ser ponderadas a quando da escolha ou não do serviço. Como vantagens, pode-se mencionar que a implementação desses sistemas ajudaria os usuários a controlar os gastos com o serviço, reduzindo assim o número de descumprimento do pagamento de energia, as chamadas inadimplências. Evita os chamados gatos ou pescas de energia pelo vizinho,

as empresas não precisariam mais pagar funcionários para fazer a leitura dos contadores de energias ou para entregar facturas e promover a religação. Por outro lado, esse sistema responsabiliza o usuário pelo uso irracional da energia, além do facto que se por algum motivo o consumidor deixar de colocar novos créditos, ele fica sem acesso à electricidade. As pessoas mais vulneráveis economicamente ficariam mais propensas a cortes de energias. Por último, existe um alto custo para a implementação dos medidores electrónicos por parte da empresa de energia. Ou seja, deverá ser a empresa de energia que instalará de graça na casa do consumidor. (LOPES, 2020, on-line).

Dessa maneira, é uma alternativa a ser pensada, porém qualquer programa que ameace os direitos da população tem que ser analisado por todos os pontos de vista para que possa ser ou não empregado na sociedade.

4.1.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

The World Bank (2021), aponta que o Banco Mundial aprovou US\$ 250 milhões para melhorar o desempenho operacional das empresas do sector elétrico e aumentar o acesso à electricidade em cidades selecionadas de Angola. O Projeto de melhoria e acesso ao setor elétrico vai financiar investimentos de eletrificação nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo, entregando 196.500 novas ligações elétricas que irão beneficiar cerca de um milhão de pessoas e 93.857 postes de iluminação pública.

O projeto terá como foco a expansão do acesso à electricidade e melhoria da arrecadação de receitas, melhoria dos serviços de energia, melhoria da capacidade da PRODEL (Empresa Pública de Produção de Electricidade) e fortalecimento da gestão sustentável das centrais térmicas. O projeto visa ainda aumentar o desempenho comercial da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), bem como financiar a RNT (Rede Nacional de Transporte) para intervenções direcionadas de melhoria e optimização de despacho do fornecimento de energia eléctrica e gestão global da rede nacional de transporte. Além disso, o Projeto também financiará medidas imediatas para aumentar a capacidade operacional, comercial e técnica das três empresas públicas de energia, resultando em melhorias significativas nos serviços de electricidade.

É importante ressaltar que Angola é uma nação muito rica em recursos energéticos, sendo produtor de petróleo e gás com importantes reservas destes hidrocarbonetos. Nota-se também que as características dos seus rios e do seu relevo fazem com que tenha um dos maiores potenciais de produção hidroelétrica do continente. Além disso, outro ponto a ser observado são as consideráveis

possibilidades de aumentar as suas reservas de petróleo e gás (a geologia da costa de Angola é muito parecida à da costa leste do Brasil. (AGENDA ACÇÃO ANGOLA, 2021, on-line).

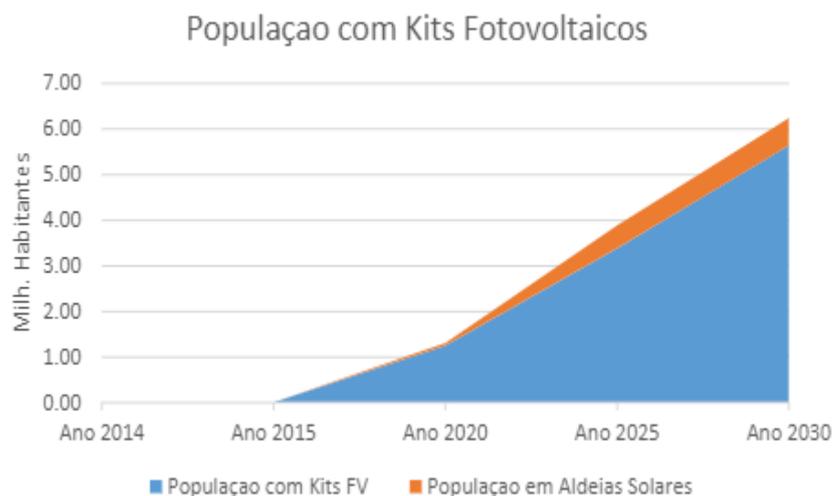
Além de tudo que já foi mencionado, existe ainda projeções futuras para melhorar a qualidade de vida dos angolanos e que por meio da pesquisa seguinte podemos observar que de 2014 a 2030 já se projeta melhorias para esta área tão relevante que é o setor energético de Angola por meio da energia solar (energia Fotovoltaicas).

Leva-se em consideração que Angola, e também em muitos países africanos a população é bastante dispersa por vários motivos, um deles é a situação atual que ainda se encontram de reconstrução de seus países por conta da guerra ou de conflitos em algumas regiões. Mesmo assim, o objetivo é alcançar a todos com formas acessíveis de energia elétrica. Pode ser que nas regiões menos concentradas seja mais demorado esse processo, mas nunca se absterá do objetivo do projeto que a Agenda de Acção de Angola (2021) vem trazendo em suas linhas:

A população menos concentrada será alimentada através de instalações fotovoltaicas e kits individuais (Aldeias solares com alguns módulos fv de maior dimensão para os serviços essenciais da aldeia, saúde, educação...) e para a população mais dispersa ser-lhes-á providenciado 42kits individuais fotovoltaicos de pequena potência (50 W ou menos) para conseguir iluminação e carga de telemóvel. (AGENDA DE ACÇÃO DE ANGOLA, 2021, on-line).

A população alvo deste sistema vem sendo apresentada na figura abaixo:

Figura 1: Evolução da população abastecida diretamente com energia solar



Fonte: AGENDA DE ACÇÃO ANGOLA, (2021).

Portanto dentro deste sistema de futuras soluções para que se alcance o êxito com o abastecimento de energia elétrica, está o projeto do governo que detém um ambicioso Plano para estender a rede (e construir a geração necessária) para estender o acesso à rede à maior quantidade de cidadãos angolanos possível. Sendo assim, é apontado para uma perspectiva de desenvolvimento da rede que se constitui um eixo fundamental de desenvolvimento e equilíbrio territorial.

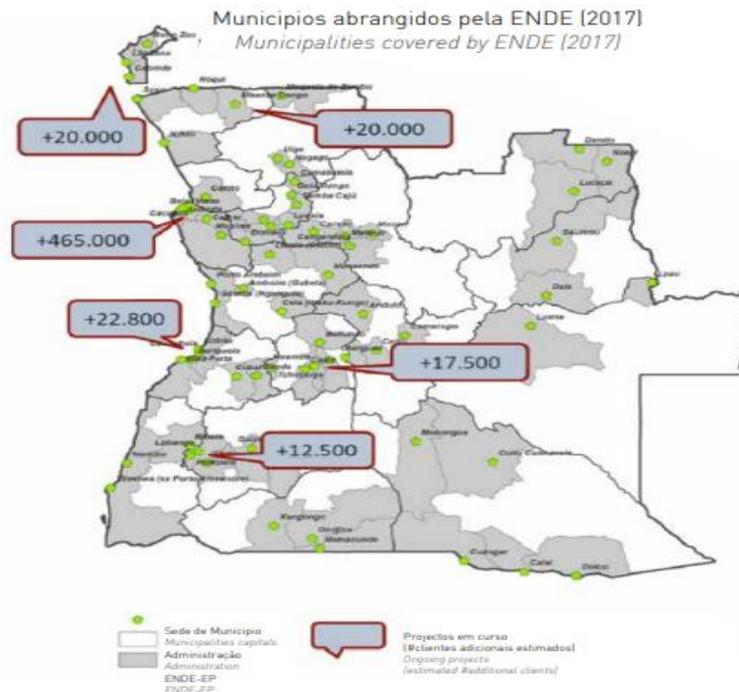
Com os planos existentes para 2025, e continuando com os esforços até 2030, estima-se que seja possível alcançar cerca de 83% de acesso à rede a partir de uma rede elétrica nacional, com a qualidade e segurança características de uma grande rede. (AGENDA DE ACÇÃO ANGOLA, 2021, on-line). Uma das alternativas para preparar a população para futuros projetos é a da conscientização, isto é uma educação energética para as pessoas, a exemplo disso temos a EcoAngola, ela contribui efetivamente neste processo.

A EcoAngola promove e educa a sociedade sobre práticas sustentáveis e sobre a necessidade de mudanças com foco ecológico para a melhoria do bem-estar social e ambiental em Angola. A EcoAngola advoga a aceleração da transição energética em Angola, com mais investimento público e privado em projectos para a geração de energia a partir de fontes renováveis. Isto irá ajudar a suprir as necessidades energéticas nacionais, principalmente no meio rural, com energias renováveis, limpas e acessíveis.(AGENDA DE ACÇÃO ANGOLA, 2021, on-line).

Além desta alternativa o governo angolano tem se preocupado com o desenvolvimento da energia em Angola como fator determinante na qualidade de vida. Dessa maneira, dados de 2017 já mostravam projetos em curso e análises das regiões que possuem abastecimento de energia pela ENDE.

No final do 1º Semestre de 2017 a ENDE servia 1,305M de clientes em 73 municípios a que corresponde uma taxa de electrificação de 36%, ou seja, um incremento de 4% desde 2014. Esta taxa de electrificação não é homogénea ao longo do país, com 75% em Luanda e apenas 8% no Bié. Dos 1,305M de clientes actualmente servidos pela ENDE apenas 289 mil são fornecidos através de contadores pré-pagos. Na maioria do restante milhão de clientes a contagem é realizada ainda maioritariamente por estimativa.(GESTO ENERGY CONSULTING, 2018, p.35).

Figura 2: Municípios abrangidos pela ENDE 2017



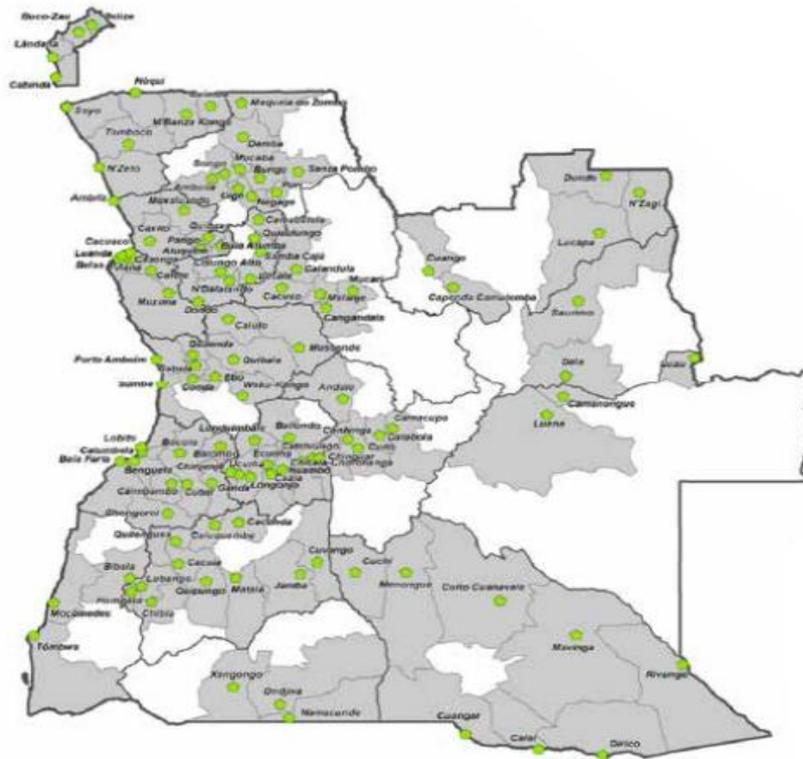
Contribuição dos clientes actuais e em curso para a taxa de electrificação em 2017
Contribution of actual clients and ongoing to the electrification rate in 2017

Fonte: GESTO ENERGY CONSULTING, (2018).

Nota-se deste jeito que este projetos vêm sendo administrados desde 2017 com projeções futuras até 2022. As ações que o projeto propõe são de melhorias no abastecimento do setor elétrico gerando qualidade de vida a população angolana. Segundo a pesquisa apresentada pela Gesto Energy Consulting (2018) teremos avanços significativos até 2022.

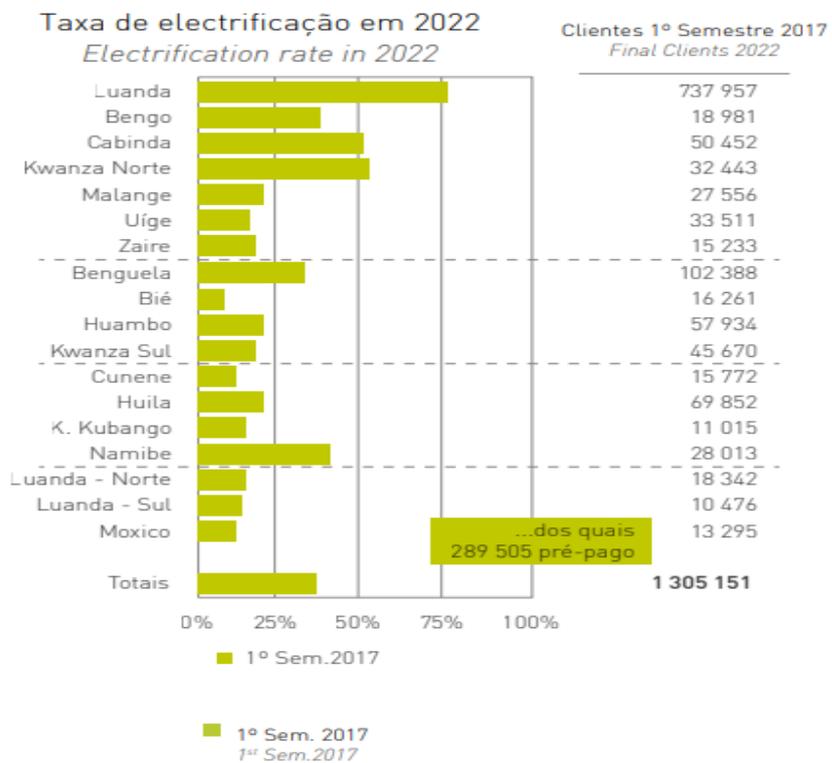
A implementação dos projectos previstos no presente programa resultará no aumento dos municípios servidos pela ENDE de 73 para 116 até 2022 (+60%), conforme se pode verificar na figura seguinte. A taxa de electrificação será de 50% sendo superior a 25% em todas as Províncias. (Gesto Energy Consulting, 2018,).

Figura 3: Lista de municípios servidos pela ENDE em 2022



Fonte: GESTO ENERGY CONSULTING, (2018).

Figura 4: Taxa de eletrificação em 2022



Fonte: GESTO ENERGY CONSULTING, (2018).

Observa-se também que em desde 2020 previsão de novos investimentos iria causar um forte crescimento neste setor. Além disso, pode-se analisar que a estimativa de crescimento em relação a novos clientes é obtida de 2018 em diante. E que até 2022 ter-se-á novos clientes em várias regiões angolanas como apresentado no quadro a seguir disponibilizado pela GESTO ENERGY CONSULTING, (2018).

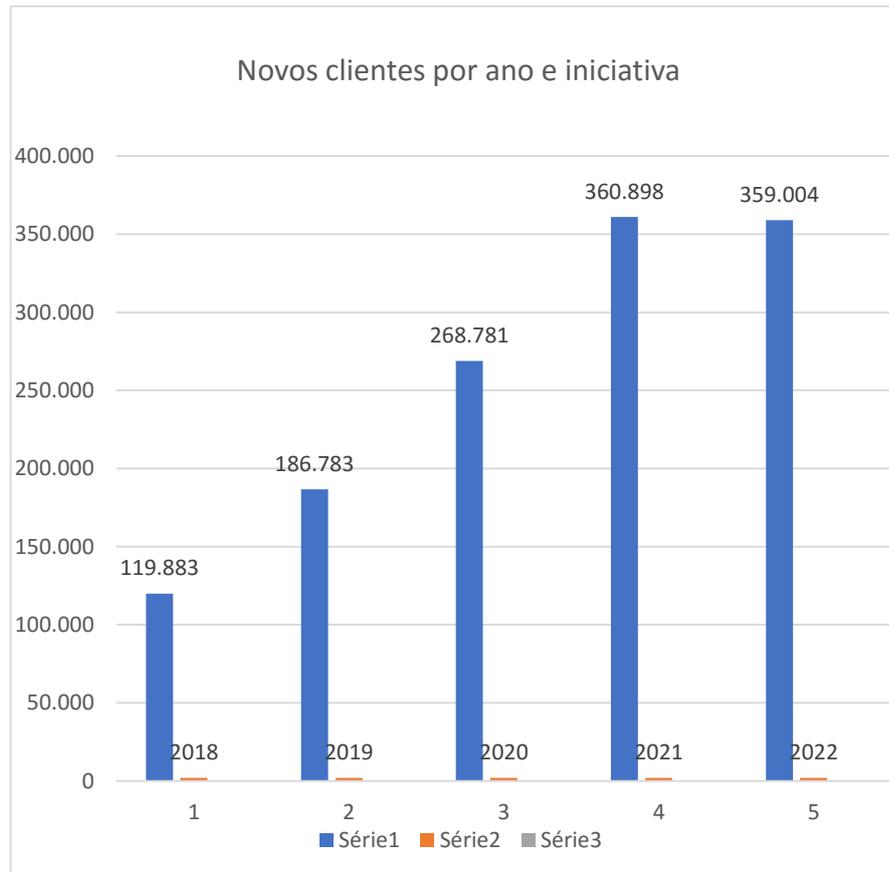
Quadro 2: Estimativa de clientes até 2022

	2018	2019	2020	2021	2022	Total Período
Projetos em Curso	119.883	185.558	168.508	54.600		528.549
Eletrificação Capitais de Província	-	-	82.000	211.000	197.000	490.000
Eletrificação rural e municipal no Sistema Norte	-	-	7.598	16.167	13.175	36.960
Eletrificação rural e municipal no Sistema Centro	-	-	2.100	40.000	76.850	118.950
Eletrificação rural e municipal no sistema Sul	-	1.225	5.075	9.750	29.450	45.500
Eletrificação rural e municipal no Sistema Leste	-	-	3.500	29.381	40.779	73.660
Eletrificação rural renovável	-	-	-	-	1.750	1.750
Total	119.883	186.783	268.781	360.898	359.004	1.295.349

Fonte: GESTO ENERGY CONSULTING, (2018).

Conforme apresentado acima, os números são por regiões, já no quadro abaixo se analisa em percentual, o que torna-se interessante para uma análise qualitativa da situação angolana. Apresentamos a seguir um gráfico sobre o número em porcentagem de novos clientes por ano e iniciativa.

Gráfico 1: Número de percentagem de novos clientes por ano e iniciativa



Fonte: GESTO ENERGY CONSULTING, (2018).

Ainda em análise sobre dados que a pesquisa disponibilizada pela GESTO ENERGY CONSULTING, (2018), podemos citar um programa de “Optimização E Gestão Sustentável Do Sector Eléctrico” que visa:

Garantir que o forte crescimento do acesso previsto no Programa de Expansão do Acesso é realizado com qualidade e ao mesmo tempo, permitir a rentabilidade das empresas do Sector Eléctrico: a PRODEL, a RNT e a ENDE, por forma a eliminar o Subsídio a Preços e viabilizar a realização de operações sustentáveis de financiamento pelas empresas para apoiar o programa de investimentos no sector. Um fornecimento de qualidade é fundamental para promover o desenvolvimento económico e a necessária diversificação da economia. Fornecer com qualidade, significa, dispor de meios de produção, e transporte associado, suficientes para responder à procura, mesmo em caso de falhas. Significa também uma adequada manutenção das infra-estruturas e das suas protecções para evitar a propagação desnecessária de curto-circuitos.

Neste sentido, nota-se que Angola vem se desenvolvendo com a ajuda de programas que são pensados junto de iniciativas privadas em parceria do governo, e que todas são em prol do bem-estar da população. É importante que o governo angolano seja parceiro efetivo destas ideias, bem como desses investimentos, pois sabe-se que o desenvolvimento econômico de uma sociedade com vistas a um futuro

de qualidade tem forte relação com o investimento no abastecimento de energia elétrica de qualidade. Angola por sua vez, vem se posicionando para tornar cada vez mais possível a prática dessas ideias que já estão estabelecidas por meio desses programas.

5 CONCLUSÃO

Em conclusão a esta pesquisa, é relevante dizer que o principal objetivo foi verificar se existem políticas públicas de acesso à energia das famílias de baixa renda em Angola e o que vimos de fato foram projeções e ações que já vem se concretizando. Como no caso dos planos de energia pré e pós-pagos que levarão energia a muitos angolanos mesmo com alguns entraves que poderão surgir no meio do caminho deste sistema. Outra grande contribuição para esse abastecimento é o projeto que o governo visa implantar sobre a população angolana e que desde 2014 vem sendo estudado melhorias para toda população que é o caso da energia solar ou energia fotovoltaicas que pretende alcançar o maior número de angolanos possível até 2030, é um plano bem ambicioso que tem como objetivo abastecer até a população mais dispersa com energias renováveis e de modo sustentável.

Outros objetivos também estiveram ligados a esta pesquisa que foram analisar a quantidade de famílias sem acesso à energia atualmente em Angola, e segundo dados obtidos cerca de 40% ainda estão sem acesso à energia elétrica em Angola. Neste contexto, a pesquisa contribuiu para analisarmos a situação atual de Angola, que por sua vez vem se posicionando cada vez mais no setor de desenvolvimento econômico e o abastecimento de energia elétrica é um dos mais importantes neste quadro, pois se não tiver abastecimento energético, não se terá avanço nas questões de desenvolvimentos do país de modo geral. Vimos ainda que Angola, tem um solo rico em energia renováveis e a implementação de projetos e programas para essas possíveis soluções e de expansão territorial estão relacionadas a isto. Ou seja, as políticas públicas são implementadas de em locais que estão sendo observados esses aspectos em relação as energias renováveis. Já que ela é algo promissor para o abastecimento e consumo de qualidade da população.

Neste sentido, a pesquisa também mostrou como o abastecimento de energia elétrica no país de Angola contribui e contribuirá em um futuro bem próximo na qualidade de vida de toda a população. Mostrou que por meio das políticas públicas podemos tornar isso mais próximo de todos. E que aos poucos toda a população angolana poderá usufruir do abastecimento de energia elétrica até em lugares de mais difícil acesso, como por exemplo as zonas rurais. Vimos que neste processo de abastecimento de energia elétrica, estão atreladas questões financeiras, de desenvolvimento econômico que se fazem necessárias para que programa,

projetos e planos institucionais e governamentais saiam do papel e se façam na prática.

Se faz importante dizer que as fontes nas quais foram obtidas as análises e os dados foram de grande contribuição, pois em elas não conseguiríamos ter acesso a tanto conhecimento da realidade de Angola. Entretanto, nos deparamos com alguns impedimentos em relação a busca de mais informações, visto que alguns dos dados eram muito restritos a informações e por vezes as fontes consultadas não traziam tanta clareza dos fatos. Mesmo assim, com as quais conseguimos ter acesso, tivemos ótimas contribuições.

Deste modo, em relação a metodologia qualitativa podemos obter dados relevantes. Realizamos uma entrevista com um funcionário da Empresa Nacional de Distribuição de Eletricidade (ENDE), e que nos trouxe informações relevantes sobre o abastecimento de energia elétrica em relação a políticas públicas neste setor. Se faz necessário destacar que devido ao avanço da pandemia (Covid-19)³ que alcançou o mundo inteiro, as pessoas estiveram na maior parte do tempo em distanciamento social⁴ e afastadas de inúmeras atividades, e isso acabou dificultando pesquisas que necessitassem coleta de dados com entrevistas. Todavia, fica como um dos critérios para as próximas pesquisa a coleta desses dados, com usuários desses programas, bem como das empresas e autoridades do setor elétrico.

Por meio das fontes que disponibilizamos, podemos observar, que uma das maiores problemáticas para se obter acesso à energia elétrica em Angola é para as famílias com baixa renda. Considerando que as taxas de consumo são muito elevadas, sendo esse um dos maiores entraves para muitos. Ainda temos as problemáticas ligadas a população dispersa, que por vezes se encontram em locais que as empresas de energia ainda não chegaram com abastecimento. Entretanto, as futuras soluções dispostas visam contemplar a todos mesmo estando mais dispersas e mais vulneráveis.

Contudo, esta é uma pesquisa de extrema relevância para o setor energético de Angola que visa promover melhorias a sua população. Além disso, é um campo que se relaciona com inúmeras áreas do conhecimento e que vem trazendo dados relevantes para aquisição de conhecimento, bem como da vida real dos angolanos

³ Para saber mais sobre o Covid-19, sugerimos a leitura que se encontra disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>.

⁴ Para entender sobre o distanciamento social, fica como sugestão de leitura o que se encontra disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/108-distanciamento-social>.

em relação ao abastecimento de energia elétrica que por este meio pretende se desenvolver ainda mais economicamente e promover uma qualidade de vida melhor para toda população.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cavalcanti de, Roberto. **Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza**. Estudos Avançados 9 (24), 1995, 75-116p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yX5Mnrny6CfSvvtfQGfBY6G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de Out. de 2021.

AGENDA DE ACÇÃO DE ANGOLA. **Sustainable Energy For All**. África Hub. Disponível em: <https://www.se4all-africa.org/seforall-in-africa/country-actions/action-agenda/>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

AGENDA DE ACÇÃO DE ANGOLA. **SUSTAINABLE ENERGY FOR ALL**. 2021, 74p. Disponível em: https://www.se4allafrica.org/fileadmin/uploads/se4all/Documents/Country_AAs/Angola_SEforALL_Agenda_Ac%C3%A7ao_PT_-_Action_Agenda.pdf. Acesso em 12 de Out. de 2021.

ALMEIDA et al. **BRASIL E ÍNDIA: ELETRIFICAÇÃO RURAL E ENERGIA DE FONTES RENOVÁVEIS**. XII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2013. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/2822>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

ALTOÉ et al. **Políticas públicas de incentivo à eficiência energética**. Estudos Avançados 31 (89), 2017, 285-297p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/vPxbFKL9Jvwg559c6cgCZWp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de Nov. de 2021.

ANDRADE, M. M.P.; LEMOS, A. M. R. **O Direito Social Fundamental de Acesso à Energia e sua relação com o desenvolvimento**. In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI. ANAIS do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, 20-22 nov. 2008, p. 944-956.

ANGOLA DATA PORTAL. **Procura os dados, estatísticas e visualizações**. Disponível em: <https://angola.opendataforafrica.org/>. Acesso em: 10 de Out. de 2021.

AVELAR, Ricardo de, Paulo. **CRESCIMENTO ECONÔMICO E SAÚDE**. 2013. 25p. Disponível em: https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2011/08/Aula-7-ecoujfj.pdf. Acesso em 10 de Out. de 2021.

CORONAVÍRUS - SES/MG. **Entenda a Importância do Distanciamento Social**. 2021, On-line. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/108-distanciamento-social>. Acesso em: 06 de Dez. de 2021.

CORREIO DA MANHA. **Menos de Metade da População Angolana tem Acesso à Eletricidade – Ministro**. 2019. On-line. <https://www.correiodamanhacanada.com/menos-de-metade-da-populacao-angolana-tem-acesso-a-eletricidade-ministro/>. Acesso em: 08 de Dez. de 2021.

DAMIÃO, Massala, Domingas, Eliane. **Distribuição e Aplicação de Recursos na Promoção de Políticas Públicas de Habitação em Angola, no Período de 2009 – 2017**. 2018, 69p. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6368/1/Eliane%20Domingas%20Massala%20Dami%C3%A3o%20CD%20-%20Copia.pdf>. Acesso em 20 de Nov. de 2021.

DW.COM. **Angola: Aumento no preço da energia deve gerar descontentamento popular**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-aumento-no-pre%C3%A7o-da-energia-deve-gerar-descontentamento-popular/a-49587977>. Acesso em: 02 de Nov. de 2021.

CAMPOS, Mateus. **Angola**. Mundo e Educação. 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em: 10 de Out. de 2021.

ECOANGOLA. **Energia Renováveis. 2021**. Disponível em: <https://ecoangola.com/energias-renovaveis/>. Acesso em 09 de Out. de 2021.

EURONEWS. **Levar eletricidade a toda Angola**. 2021. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2021/02/24/levar-eletricidade-a-toda-angola>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

FREITAS, Eduardo de. **Angola**. Brasil Escola. 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em: 08 de Out. de 2021.

GESTO ENERGY CONSULTING. **PLANO DE ACÇÃO DO SECTOR DE ENERGIA E ÁGUAS 2018-2022**. Angola. 1ª Edição. 2018. 186p. Disponível em: <https://gestoenergy.com/wp-content/uploads/2019/04/Angola-action-plan-of-the-energy-water-sector-2018-2022.pdf>. Acesso em: 10 de Out. de 2021.

GOVERNO DE ANGOLA. **Ministério da Energia e Águas**. Disponível em: <http://www.minea.gv.ao/>. Acesso em 08 de Out. de 2021.

HÖFLING, de Mattos, Eloisa. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. 30-41p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjjpc5YsHq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 de Out. de 2021.

JORNAL DE ANGOLA. **Consumidores de energia vão migrar para o pré-pago**. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/consumidores-de-energia-vao-migrar-para-o-pre-pago/>. Acesso em: 10 de Out. de 2021.

LEAL, B. B. L. ALVA, R. C. J. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA, COMO FERRAMENTA NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**. ANAIS – 21ª SEMOC, Salvador, 2018, 15p. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1152/1/Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20de%20acesso%20%C3%A0%20energia%20el%C3%A9trica.pdf>. Acesso em: 08 de Out. de 2021.

LIMA, Leite, Luciana. D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas de desenvolvimento econômico local nos municípios brasileiros**. Montevideo,

2017. 19p. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168771/001048048.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

LOPES, Lourenço. **Sistemas pré-pagos de energia eléctrica em Angola: vale a pena?** 2020. On-line. Disponível em:

<https://www.verangola.net/va/pt/062020/opiniao/20360/Sistemas-pr%C3%A9-pagos-de-energia-el%C3%A9ctrica-em-Angola-vale-a-pena-A-opini%C3%A3o-de-Louren%C3%A7o-Lopes.htm>. Acesso em: 08 de Out. de 2021.

MEDEIROS, Cirelli, Gabriel, João. **Direito à moradia, direito à habitação e habitação adequada.** 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50698/direito-a-moradia-direito-a-habitacao-e-habitacao-adequada>. Acesso em 10 de Out. de 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.** Governo de Angola. 2018. 297p. Disponível em:

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edi sp/minfin601408.pdf>. Acesso em: 08 de Dez. de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - GOVERNO FEDERAL. **O que é a Covid-19?** 2021, On-line. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 06 de Dez. de 2021.

MUNDO AO MINUTO. **Menos de metade da população angolana tem acesso à eletricidade.** 2019. Disponível em:

<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1318885/menos-de-metade-da-populacao-angolana-tem-acesso-a-eletricidade>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

OLIVEIRA, Gilson, Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de**

desenvolvimento. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2. 2002, p.37-48. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/477/372>. Acesso em: 12 de Out. de 2021.

PEREIRA, Bresser, Luiz Carlos. **Desenvolvimento como missão.** Jd. Guedala, São Paulo – SP. Revista de Economia Política, v. 20, n. 4, p. 3-7, 2000. Disponível em:

<http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-45-num-2-ano-2005-nid-44763/>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

POLITIZE. **Políticas Públicas: o que são e para que servem?** 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>. Acesso em: 10 de Out. de 2021.

PORTAL SOLAR. **Energia Fotovoltaica.** Disponível em:

<https://www.portalsolar.com.br/energia-fotovoltaica.html>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

PORTAL OFICIAL DO GOVERNO DA REPUBLICA DE ANGOLA. **Angola produz mais energia.** 2020. Disponível em: <https://governo.gov.ao/ao/noticias/angola-produz-mais-energia/>. Acesso em: 09 de Out. de 2021.

REPÚBLICA DE ANGOLA - MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS. **Angola Energia 2025**. 1.a Edição. 2016, 207p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/81316412-Angola-energia-visao-de-longo-prazo-para-o-sector-electrico-angola-power-sector-long-term-vision.html>. Acesso em: 20 de Nov. de 2021.

RIBEIRO, Pereira, Carine. **DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO SEGUNDO CELSO FURTADO: INFLUÊNCIA NO DEBATE SOBRE A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA** Florianópolis (SC), 2010, 129p. disponível em: <https://toaz.info/doc-viewer>. Acesso em 10 de Set. de 2021.

SOUZA, Celina. **“Estado da Arte” da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais Tipologias**. Caxambu, MG. 2003.16p. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt14-16/4232-csouza-estado-da/file>. Acesso em 10 de Out. de 2021.

SCHLICKMANN, Flávio; ESTEVAM, de Oliveira, Dimas. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO/SC**. 2019, 13 p. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/03/eletrificacao-rural-brasil.html>. Acesso em: 13 de Out. de 2021.

SILVA, Avelino, Dalvanir. et. al. **Do Desenvolvimento Como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Como Liberdade**. Editora Unijuí. 2018, p. 42-71. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5827/5651>. Acesso em: 12 de Out. de 2021.

THE WORLD BANK. **Banco Mundial Apoia Eletrificação de Angola com US\$ 250 milhões**. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/02/19/world-bank-supports-angolans-electrification-with-250-million>. Acesso em: 12 de Out. de 2021.